

Pessoal de Saúde luta por fortalecer setor público

22 MAR 1988

Trinta entidades da área de saúde pretendem arregimentar um grupo de pressão para impedir que o *Centrão* consiga derrotar na Constituinte o fortalecimento do setor público: elas lutam pela aprovação do projeto do deputado Carlos Santana, da Comissão de Sistematização. Representantes dessas entidades reuniram-se no Conselho Regional de Medicina, para traçar o programa de ação.

De acordo com o presidente do Conselho Regional de Medicina, Laerte Vaz de Melo, durante reunião da Segunda Plenária Nacional de Saúde, quarta-feira, em Brasília, com a presença de 72 entidades sindicais, optou-se pelo apoio à proposta da Comissão de Sistematização. Da reunião no Rio participaram, entre outros, o presidente da Fundação Instituto Osvaldo Cruz (Fiocruz), Sérgio Arouca; Laerte Vaz de Melo, pelo CRM, e Crescêncio Antunes, presidente do Sindicato dos Médicos.

O projeto da comissão, segundo Laerte, está sendo posto em prática antecipadamente, com a aplicação do Sistema Único Descentralizado de Saúde (SUDS), e seria a descentralização e municipalização do sistema público de saúde. Por ele cabe a cada um dos municípios, por terem necessidades diferentes, projetos e verbas próprias, mas sempre ligados e com participação do Estado, a quem compete o comando único gerencial. A proposta do *Centrão* é centralizar tudo na União.

Pela proposta da Comissão de Sistematização, um percentual de 13% seria repassado pela União para a Saúde. O governo federal não financiaria mais os hospitais do setor privado.

De acordo com Sérgio Arouca, a Comissão propôs um texto que muda o sistema de Saúde. "A proposta do *Centrão* é atrasada em relação à situação atual e a proposta da Comissão de Sistematização representa um avanço." Arouca entende que a proposta da comissão não é estatizante como o *Centrão* afirma, e permite o livre exercício da medicina, estabelecendo mecanismos de controle do serviço contratado. Para ele, a proposta do *Centrão* é a dos empresários e, caso seja aprovada, "a política de Saúde do país continuará sem controle".

A reunião de ontem, a primeira mobilização para apoio ao projeto, decidiu pela redação de um documento que desmistificasse a idéia de que o texto da Comissão de Sistematização é estatizante. Esse documento levará a assinatura dos vários representantes da área de Saúde presentes e, posteriormente, de outras entidades representativas de vários setores da sociedade. Será apresentado ao prefeito Saturnino Braga e ao governador Moreira Franco, no intuito de ganhar apoio político para conseguir, na Constituinte, a aprovação do projeto. Dia 29, às 12h, o grupo novamente se reunirá para avaliação de suas atividades.

JORNAL DO BRASIL